

## A Guerra Civil Espanhola (1936-1939) nas páginas do jornal *O Globo*

Ramon Lamoso de Gusmão<sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo analisa a posição adotada pelo jornal *O Globo* na cobertura da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). Novos problemas postos pelos dias atuais, como a Lei da Memória Democrática, ensejaram a busca por fontes ainda inexploradas aqui no Brasil. Examinamos quatro aspectos nas edições diárias do jornal: o anticomunismo dos nacionalistas; o anticlericalismo dos republicanos; o envolvimento das potências estrangeiras; e o bombardeio de Guernica. Além de uma bibliografia específica sobre o conflito, a cobertura do jornal é discutida à luz das relações entre História, imprensa e Tempo Presente.

**Palavras-chave:** Guerra Civil Espanhola; História; Imprensa; Tempo Presente; *O Globo*.

## Spanish Civil War (1936-1939) on the pages of *O Globo*

### ABSTRACT

This article analyzes the position adopted by the newspaper *O Globo* in its coverage of the Spanish Civil War (1936-1939). New problems posed by the present day, such as the Law of Democratic Memory, gave rise to the search for sources that are still unexplored here in Brazil. We examine four aspects in the daily editions of the newspaper: the anti-communism of the nationalists; the anticlericalism of the republicans; the involvement of foreign powers; and the bombing of Guernica. In addition to a specific bibliography on the conflict, the newspaper's coverage is based on the debate on the relationship between History, the press and Present Time.

**Keywords:** Spanish Civil War; History; Press; Present Time; *O Globo*.

### 1. Introdução

Mais de oitenta anos após o fim da Guerra Civil Espanhola (1936-1939), seguem os combates pela história do conflito. Essa disputa enseja um constante e “pretenso revisionismo”, que ignora fontes e métodos próprios da historiografia, “construindo relatos baseados em convicções políticas ou interesses partidários” (TAPIA, 2011, p. 39). Pelo menos desde a morte do general Francisco Franco (1892-1975), partidos da extrema direita estão imbuídos desse revisionismo na historiografia da guerra e da ditadura. Há um movimento permanente para legitimar o franquismo (TAPIA, 2011; SALVADÓ, 2008).

Contra essas tentativas de revisionismo ou “usurpação da historiografia por supostos historiadores” (TAPIA, 2011, p. 37), em 15 de setembro de 2020 o governo espanhol apresentou o projeto de Lei da Memória Democrática, que substituirá a Lei de Memória Histórica, de 2007. A

---

<sup>1</sup> Mestrado em História pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Professor de História na Educação de Jovens e Adultos, rgusmao07@hotmail.com.

nova legislação pretende reconhecer e reparar as vítimas da Guerra Civil e da ditadura franquista. Ela faz referência à exumação e identificação de milhares de vítimas sepultadas em valas coletivas, e ao ensino da história da guerra e do franquismo (LA MONCLOA, 2020).

Poderíamos listar uma série de exemplos. Mas esses são suficientes para demonstrar que permanecem vivas as feridas abertas com o golpe de 1936. Mesmo com o fim da guerra, segue a disputa política, jurídica e historiográfica sobre os espaços que nacionalistas e republicanos devem ocupar na história do país.

A Guerra Civil Espanhola insere-se no rol do que alguns autores definem como “eventos traumáticos” da história do século XX, pela “constante reelaboração através das memórias” (FICO, 2012, p. 48). Questões do presente, como a nova Lei da Memória Democrática, nos fazem retornar ao passado. Lembremos Marc Bloch (2001), para quem a História une os mortos aos vivos, do presente do historiador para o passado que se quer investigar.

O século XX testemunhou um aprofundamento desse debate, abrindo novas possibilidades de reinterpretação do passado, a partir do conceito de Tempo Presente (FERREIRA, 2000). Embora não haja consenso, a História do Tempo Presente tem o século XX como referência. O período das grandes guerras, da Revolução Russa, da Guerra Fria, das transformações “de modo tão profundo, dramático e extraordinário em tão breve período”, a “era mais revolucionária da história escrita”, segundo Hobsbawm (2013, p.321). Já para François Dosse (2012, p.11), o Tempo Presente é uma maneira “de revisitação do passado e de suas possíveis certezas, como também as possíveis incertezas”.

A partir das novas questões decorrentes da Guerra Civil Espanhola, identificamos uma lacuna na historiografia brasileira sobre esse tema. Não havia nenhum estudo usando o jornal *O Globo* concomitantemente como fonte e objeto. Além de ser uma fonte inexplorada, é um jornal historicamente identificado com posições conservadoras, o que nos ajudou a definir a hipótese e confrontar essa visão. Além disso, o acervo de *O Globo* está digitalizado e com livre acesso, o que facilitou a análise e crítica documental.

A guerra teve repercussão internacional. Notícias e editoriais da imprensa diária ecoaram duas vertentes principais (SALVADÓ, 2008; THOMAS, 1964; VILAR, 1989). De um lado, os meios de comunicação mais ligados à tradição conservadora e católica apresentavam os nacionalistas como defensores da civilização cristã, contra uma alegada anarquia e o perigo do comunismo soviético. Noutro espectro, a imprensa ligada aos trabalhadores e de tendência mais progressista enxergava a República Espanhola como o último bastião internacional contra o nazifascismo (SALVADÓ, 2008).

Optamos por examinar quatro aspectos: o anticomunismo dos nacionalistas; o anticlericalismo dos republicanos; o envolvimento das potências estrangeiras; e o bombardeio de Guernica. A escolha desses elementos tem alguns motivos. Primeiro, autores reconhecidos na historiografia da Guerra Civil Espanhola e que tomamos como referência priorizam esses objetos de análise. Ou seja, existe um debate consagrado em torno dessas temáticas. Além disso, pela frequência e abordagem em que aparecem noticiados no jornal *O Globo*. Por fim, pela relevância que tiveram como causa do confronto ou no desenvolvimento da guerra bélica e de propaganda. Ao longo das seções, cada um desses temas será detalhado e cotejado com a cobertura do jornal.

O conjunto documental analisado abrange edições diárias de *O Globo* entre o início e o fim da guerra (18 de julho de 1936 a 1º de abril de 1939). A extensão e a complexidade da temática impuseram a necessidade de dividir o artigo em seções. Na primeira, discutimos as relações entre história e imprensa, contextualizamos a situação do Brasil na segunda metade da década de 1930, e traçamos um breve histórico do jornal *O Globo*. Nas seções seguintes, esmiuçamos a cobertura do jornal carioca, principal contribuição deste artigo.

A hipótese é a de que o jornal alinhou-se ao lado franquista, haja vista o que demonstram outras pesquisas sobre a construção do discurso anticomunista no Brasil (MOTTA, p. 2000). A partir dessa hipótese, buscamos responder a duas perguntas: qual o posicionamento adotado pelo jornal na cobertura da Guerra Civil Espanhola e por quê?

Antes de iniciar a nossa análise, no entanto, é indispensável fazer uma digressão ao contexto espanhol da década de 1930. Durante a Segunda República (1931-1936), foi levado adiante um ambicioso e inédito programa de reformas (SALVADÓ, 2008; VILAR, 1989). Além da reforma agrária, o governo republicano adotou a separação entre Igreja e Estado, apoiou a autonomia da Catalunha, e interferiu nas forças militares, especialmente no Exército. Mas encontrou forte oposição nos grupos conservadores, monarquistas, proprietários de terras, militares, na Igreja, e entre as classes privilegiadas. A consequência foi fragmentação política, acirramento da disputa pelo poder, e violência, marcas do curto período republicano.

Sem saída para mais uma das dezenas de crises que assolaram a República<sup>2</sup>, foram convocadas eleições antecipadas para fevereiro de 1936. Os partidos progressistas uniram forças. Liberais republicanos, o Partido Comunista Espanhol (PCE), o Partido Socialista Espanhol (PSOE)

---

<sup>2</sup> Segundo Thomas (1964, v.1, p. 114), o escândalo de corrupção que atingiu o primeiro-ministro Alejandro Lerroux, no final de 1935, foi a “vigésima sétima crise governamental da República”, e “setenta e dois ministros haviam servido num ou noutro dos gabinetes [de esquerda e da direita] naqueles quatro anos e meio”, o que gerava desconfiança entre os “inimigos da democracia”.

e o *Partido Obrero de Unificación Marxista* (POUM) integraram-se à Frente Popular e venceram as eleições.

A coalizão de esquerda e as reformas foram retomadas. Mas os partidos de direita e os militares não aceitaram a vitória da Frente Popular nas urnas. Eles se uniram em torno da suposição de que a Espanha estava prestes a repetir a Revolução Russa de 1917. “Quase no mesmo dia em que se fez pública a vitória das esquerdas [nas eleições de fevereiro], começou a conspiração militar” (BUADES, 2019, p. 61). Os líderes militares defendiam que o *pronunciamiento*<sup>3</sup> restabeleceria a ordem, a paz e a justiça.

Muitos oficiais do Exército espanhol viam em suas próprias tradições a corporificação da ideia de uma Espanha supremamente castelhana, imemorial, sem políticos, criadora da ordem e banidora de tudo o que fosse não espanhol (pelo que entendiam o separatismo [basco, catalão, galego], o socialismo, a maçonaria, o comunismo e o anarquismo). (THOMAS, 1964, v.1, p. 79).

A intenção era promover um golpe rápido e instaurar um governo militar conservador e autoritário (BUADES, 2019). No dia 18 de julho de 1936, o general Franco iniciou o movimento em Melilla, território espanhol no norte da África. Começava assim a guerra entre os apoiadores do golpe, chamados de nacionalistas, e os republicanos.

## 2. Imprensa e História

Durante muitas décadas do século XX, o acontecimento foi proscrito do fazer historiográfico. À História, caberia apenas tratar das estruturas de longa duração. Nas últimas décadas, no entanto, ele voltou a ocupar lugar cativo na historiografia (FERREIRA, 2000).

Segundo Pierre Nora (1976), a dimensão histórica do acontecimento é um produto dos meios de comunicação de massa. Os meios transformam os fatos efetivamente em acontecimento e lhes garantem o caráter “histórico”, “impõem imediatamente o vivido como história” (NORA, 1976, p. 183).

Na concepção de Nora, um fato somente adquire relevância ao ser publicado, compartilhado, democratizado pela mídia, e dessa maneira ganha historicidade. É uma variável determinante para compreender o mundo contemporâneo, já que nenhuma época anterior viveu “seu presente como já possuído de um sentido ‘histórico’” (NORA, 1976, p. 180).

É desse relacionamento, por vezes conflituoso, mas cada vez mais convergente entre História e imprensa, que muitos enxergam o “retorno do acontecimento” para o seio da

---

<sup>3</sup> Os *pronunciamientos* são a forma tradicional de designar os golpes militares na Espanha (VILAR, 1989). Em 122 anos, até a tentativa de derrubada da República em 1936, o país sofrera 52 intervenções militares (VILAR, 1989).

historiografia (LACOUTURE, 2005, p. 292). Na operação historiográfica, a confluência passa, invariavelmente, pelo uso da imprensa como objeto e fonte de pesquisa.

Marc Bloch (2001) nos ensina que os documentos não são neutros, tampouco contêm uma ou a verdade. Cita o grande número de notícias falsas divulgadas durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). “É na particularíssima sociedade das trincheiras que a formação dessas notícias parece mais interessante de ser estudada”, afirma Bloch (2001, p. 107). Isto é: a atuação da imprensa nas guerras merece a atenção dos historiadores. De todo modo, “do puro e simples fingimento até um erro inteiramente involuntário, há muitos níveis” a serem analisados nos documentos (BLOCH, 2001, p. 102).

No conflito entre nacionalistas e republicanos, repetiu-se o padrão que Bloch (2001) identificara anteriormente durante a Primeira Guerra: nas guerras, a veracidade das notícias está comprometida. Foi escrita e publicada “muita coisa inevitavelmente incorreta acerca da Espanha” (THOMAS, 1964, v.1, p. 285). “Muitos escreveram deliberadamente artigos que pretendiam ser comentários ou reportagens, mas eram panfletos destinados a ajudar um ou outro lado em luta”, observa Thomas (1964, v.1, p. 285). Salvadó (2008) e Vilar (1989) defendem tese semelhante. Para esses historiadores, houve uma divisão da imprensa mundial em dois grandes blocos: uma cobertura mais próxima aos nacionalistas e outra em defesa dos republicanos.

Estudos recentes e de caráter específico têm debatido e revelado outras nuances acerca da cobertura da imprensa, da repercussão em diferentes países, e da guerra de propaganda desenvolvida pelos dois lados. Segundo Quintero (2005), o aparato de comunicação, imprensa e propaganda massiva, criado e mantido por nacionalistas e republicanos, foi de tal ordem inédito que a guerra ultrapassou as fronteiras do território espanhol. O que ajudaria a explicar o interesse e a dimensão global do conflito, para além das reconhecidas implicações geopolíticas e ideológicas (QUINTERO, 2005).

Em 2020, a revista *Historia y Comunicación Social*, da Universidade Complutense de Madri, publicou um dossiê com artigos que discutem os usos dos meios e instrumentos de comunicação durante a guerra. Segundo os editores do periódico, foi também o emprego da propaganda e de novos métodos e técnicas de comunicação de massa, como forma de persuasão e controle social, que transformou a guerra espanhola num acontecimento de caráter histórico (RODRÍGUEZ e MORAGA, 2020).

Esses argumentos corroboram as premissas de outros autores já citados, sobre a segmentação na imprensa internacional. De um lado estavam os veículos que se identificavam com a visão progressista, de esquerda, e defenderam os republicanos; de outro, aqueles associados ao

discurso conservador, nazifascista, e que apoiaram os militares insurgentes (RODRÍGUEZ e MORAGA, 2020).

A bibliografia da Guerra Civil espanhola é tão extensa que seria tarefa inviável apresentar e esgotar, no espaço destinado a este artigo, o conjunto da produção acadêmica que têm a imprensa como fonte e objeto de estudo. No caso do Brasil, entre os estudos mais recentes e destacados sobre o tema está a dissertação de mestrado (2004) do historiador Gerson Wasen Fraga, na qual ele esmiuça a cobertura do jornal gaúcho *Correio do Povo*.

Historicizar uma notícia é identificar em que condições foi produzida, avaliar porque foi escolhida e que funções sociais ela e o veículo cumpriam (LUCA, 2008). “É obvio que as máquinas velozes que rodavam os grandes jornais diários do início do século XX não eram as mesmas utilizadas pela militância operária [...]” (LUCA, 2008, p.132).

Por isso mesmo, é indispensável situar historicamente o jornal *O Globo*. O diário surgiu em 1925, no Rio de Janeiro. Momento de grandes transformações no país, com avanço das relações capitalistas e ascensão da burguesia. É a fase de transição da imprensa artesanal para a grande imprensa industrial (SODRÉ, 1966).

Na década de 1930, a crise da democracia liberal e a ascensão do nazifascismo na Europa tiveram repercussões na política, na economia e na imprensa brasileiras. Um exemplo foi a campanha pública contra a Aliança Nacional Libertadora (ANL). A frente popular antifascista brasileira foi caracterizada pelos grandes jornais “como organização comunista, financiada por Moscou” (SODRÉ, 1966, p. 454).

O fechamento da ALN, em julho de 1935, foi avaliado por *O Globo* como “o desfecho de uma das mais ruidosas campanhas em que o próprio jornal se empenhara desde a fundação” (LEAL; MONTALVÃO, s.d.). Meses depois, ao condenar a Intentona, o jornal firmava posicionamento conservador e anticomunista. “Soviets no Brasil. Confirma-se a campanha do Globo contra as actividades extremistas da Aliança Nacional Libertadora (ANL)” (*O Globo*, 30 nov. 1935).

Campanhas dessa natureza contribuíram para exacerbar o sentimento anticomunista no Brasil. Vargas conseguiu capitalizar “a tendência direitista que se acentuou no país” e culminou no Estado Novo (1937-1945) (SODRÉ, 1966, p. 438). A ditadura varguista perseguiu jornalistas, fechou jornais e o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) comandou a censura. Esse era o cenário brasileiro, enquanto se desenrolava a guerra civil na Espanha.

Depois da tentativa frustrada de derrubar Vargas, em 1935, a orientação do dono do jornal foi explícita.

As perseguições desencadeadas pelo governo contra os comunistas foram do inteiro agrado do jornal, para quem “o combate à ideologia vermelha com seu rosário de inconveniências para um povo da nossa formação moral e religiosa continuava como um dos objetivos mais sérios”. O jornal procuraria “advertir as autoridades quanto aos perigos que o comunismo representava”. (LEAL; MONTALVÃO, s.d.)

Na tese de doutorado *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, o historiador Rodrigo Patto Sá Motta comprova como parte da imprensa, incluindo *O Globo*, ajudou a difundir a ideia do “perigo vermelho” e a construir o discurso anticomunista no país (MOTTA, 2000). Assim como em outros países, o fantasma do comunismo despertou após o triunfo da Revolução Russa (1917). Aqui, teve outros momentos marcantes na Era Vargas, no golpe civil-militar de 1964 e durante a ditadura (1964-1985).

Enquanto na década de 1930 o jornal apoiara o fechamento da ALN e condenara com veemência o movimento comunista, em 1961 *O Globo* propalava, por exemplo, “o caráter maléfico da doutrina representada por Prestes [Luís Carlos Prestes, líder do Partido Comunista Brasileiro]” (MOTTA, 2000, p. 302). Em 1964, respaldou o golpe que depôs o presidente João Goulart. São momentos históricos distintos, mas se percebe a semelhança e a continuidade de um posicionamento anticomunista do jornal. Afinal, como o jornal *O Globo* cobriu o conflito espanhol?

### 3. A farsa da imparcialidade

Oficialmente, *O Globo* adotaria uma postura de isenção sobre a Guerra Civil Espanhola. Assim foi descrito em editorial do dia 24 de julho de 1936, uma semana após a tentativa de golpe iniciada em 18 de julho. Segundo o editorial, não importava ao jornal “escolher estandartes entre todos os que se ensanguentam” (*O Globo*, 24 jul. 1936).

As primeiras notícias publicadas foram despachos de agências internacionais, como aliás ocorreu em praticamente toda a cobertura. Esses despachos traziam informações contraditórias, mas já indicavam os líderes do movimento golpista, com destaque para o general Franco.

A despeito da isenção descrita em editorial e ainda que o governo espanhol estivesse oficialmente sob controle republicano, no início da guerra o jornal reproduziu a propaganda nacionalista. Na manchete “Intimado o governo a render-se. Os rebeldes concedem o prazo de duas horas, sob pena de Madrid ser bombardeada dos ares” (*O Globo*, 20 jul. 1936), o leitor foi levado a crer que a vitória dos militares sublevados era iminente. Na mesma edição, outro despacho

comunicava que, “segundo informes não confirmados, os rebeldes tomaram Madrid” (*O Globo*, 20 jul. 1936).<sup>4</sup>

Madri era o alvo principal dos insurgentes, tanto por ser a capital quanto pela localização estratégica, no centro do país. Mas, como se sabe hoje, a informação de que a cidade havia sucumbido seria repetida à exaustão e desmentida. A resistência republicana em Madri foi até 28 de março de 1939, quando as tropas franquistas finalmente entraram na cidade.

No dia 21 de julho, outra manchete levava a crer que o golpe fora bem-sucedido e o conflito estaria resolvido em pouco tempo: “Convergem para Madrid as tropas rebeldes” (*O Globo*, 21 jul. 1936). No dia 22 de julho, a manchete do diário carioca reproduziu novamente o desejo dos militares insurgentes de tomar Madri e encerrar o conflito: “Batalha Decisiva!” (*O Globo*, 22 jul. 1936). Ela coincide com os comunicados nacionalistas, os quais expressavam a confiança de que Franco dominava a Espanha. Com o passar do tempo, “as notícias se tornaram muito vagas” (THOMAS, 1964, v.1, p. 219-220). E a queda iminente da capital entraria para o rol de notícias falsas da Guerra Civil Espanhola.

Relendo as páginas do jornal sem fazer a necessária crítica das fontes, tem-se a impressão de que o lado republicano foi responsável pelo conflito e por todos os atos criminosos da guerra. Mas, novamente, a historiografia da Guerra Civil Espanhola é farta em pesquisas documentais que provam o contrário.

Nos meses de agosto e setembro de 1936, por exemplo, as tropas franquistas arrasaram o sul da Espanha. “A estratégia do exército foi matar e aterrorizar a população pró-republicana, especialmente os camponeses sem-terra [...], uma guerra que transformou Andaluzia e Extremadura em campos de matança” (GRAHAM, 2013, p. 43). Esses massacres, no entanto, não estão registrados nas páginas de *O Globo*. É mais um dado a corroborar a hipótese de que o jornal encampou o discurso franquista, e se associou à parcela da imprensa que enxergava os republicanos como “ladrões, assassinos, bandidos” (VILAR, 1989, p.105).

Do outro lado, intelectuais do mundo inteiro, dezenas de milhares de combatentes voluntários das Brigadas Internacionais, e parte da população espanhola uniram-se à resistência republicana e antifascista.

Partindo do pressuposto que distingue a fragmentação da imprensa internacional em dois campos e da nossa pesquisa documental, a primeira constatação é que não se pode falar em cisão na

---

<sup>4</sup> Todas as citações e transcrições das notícias do jornal *O Globo* aparecem de acordo com a regras gramaticais da época. Por exemplo, escrevia-se “Hespanha” e não “Espanha”. Adotamos esse critério como forma de padronização e para reforçar o valor histórico das fontes, sem prejuízo do sentido original nem da compreensão do que foi escrito.

cobertura da grande imprensa brasileira<sup>5</sup>. O país vivia sob censura, desde o final de 1935. E a situação agravou-se a partir de 1937, com o Estado Novo. Os grandes jornais seguiram a orientação da ditadura varguista, segundo a qual a Guerra Civil Espanhola era uma consequência do risco representado pelo movimento comunista internacional (CARNEIRO, 2011, p. 162).

Carecemos de elementos para afirmar que, no Brasil, interpretou-se a guerra na Espanha segundo a caracterização feita por Vilar (1989)<sup>6</sup>. No entanto, como veremos ao longo deste artigo, a série documental analisada nos fornece indícios suficientes para demonstrar que a cobertura de *O Globo* apresentou esse viés aos leitores.

Despacho da *United Press* publicado em de 21 de julho de 1936 é esclarecedor a esse respeito: “*Em Madrid reina a mais completa anarchia. As ruas estão sob o domínio de quadrilhas de bandidos que se entregam desenfreadamente ao saque e à pilhagem*” (*O Globo*, 21 jul. 1936, grifo nosso). Não é mera coincidência que a palavra “bandido” usada na manchete seja a mesma adotada por Vilar (1989) para se referir à imagem construída acerca dos republicanos.

Outra manchete, de 26 de setembro de 1936, transmitiu a mesma ideia. “Sem governo e sem esperança. Madrid, *a mercê do crime e da desordem*, força o presidente Azana a pedir asylo na embaixada Argentina” (*O Globo*, 26 set. 1936, grifo nosso).

Além de não questionarem a ilegalidade do movimento insurgente, setores conservadores da imprensa mundial reproduziram as justificativas golpistas de que a rebelião “estava legitimada pelas desordens latentes” (VILAR, 1989, p. 60). Para os nacionalistas, “após o dia 20 de julho, a fragmentação de fato dos poderes no campo republicano despojava de toda realidade sua legalidade jurídica” (VILAR, 1989, p. 60).

#### 4. Envolvimento das potências estrangeiras

A guerra mal havia começado e os dois lados se mobilizaram para pedir apoio diplomático e militar das potências, seja por afinidade ideológica, capacidade militar, ou ambos. Apesar da resposta tardia do governo republicano ao golpe, eles conseguiram ficar com a maior parte da Força

---

<sup>5</sup> É fundamental esclarecer que estamos tratando apenas de grandes jornais e não da imprensa clandestina ligada a partidos, movimentos de esquerda, a publicações que eram editadas e circulavam entre imigrantes espanhóis simpáticos aos republicanos, que obviamente mostraram uma visão diferente sobre a guerra. Ver CARNEIRO, M. L. T.. A Guerra Civil Espanhola sob o olhar do Deops/SP. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **Guerra Civil Espanhola - 70 anos depois**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2011. v. 1. p. 157-187.

<sup>6</sup> Estudos recentes apontam que cerca de 40 cidadãos brasileiros lutaram nas Brigadas Internacionais ao lado dos republicanos. Entre os nomes mais conhecidos estão Apolônio de Carvalho, militar e militante comunista, e José Gay da Cunha, também militar que participara da insurreição de 1935 contra o governo Vargas (ALMEIDA, 1999).

Aérea, da frota naval, com as reservas de ouro do Banco da Espanha, as zonas industriais e os recursos minerais (SALVADÓ, 2008; VILAR, 1989).

Na outra frente, os nacionalistas de Franco comandavam as tropas do Exército da África, as mais experientes e preparadas. Nenhum dos lados tinha, porém, armas modernas e indústria armamentista capaz de suportar um combate prolongado. Era o cenário que se desenhava com a divisão do país em dois campos opostos, já na primeira semana de combates (SALVADÓ, 2008). A solução foi buscar ajuda no exterior, o que deu à Guerra Civil Espanhola feições europeias e internacionais.

A resposta das potências foi decisiva no andamento e no resultado do conflito. Do lado republicano, supunha-se que a legalidade do governo espanhol “deveria lhe proporcionar ajuda e assistência ao menos da França e da Inglaterra” (VILAR, 1989, p. 45). Eram os dois grandes Estados europeus que, àquela altura, ainda conservavam democracias parlamentares.

No dia 20 de julho de 1936, o primeiro-ministro espanhol José Giral solicitou à França a compra de armas, munições, bombas, canhões e aeronaves. Assim como a Espanha, o país vizinho era governado por uma Frente Popular com partidos de esquerda. Havia, portanto, uma afinidade ideológica. Ademais, pelas regras do direito internacional, qualquer governo tinha o direito de adquirir armas para opor-se a uma rebelião.

De início, o primeiro-ministro socialista Léon Blum e parte do gabinete francês concordaram com a ajuda. Mas uma reviravolta abateria as esperanças dos republicanos espanhóis de conseguir auxílio francês e britânico (BUADES, 2019; GRAHAM, 2013; VILAR, 1989; SALVADÓ, 2008; THOMAS, 1964). A mudança repentina veio pela oposição de ministros, do presidente, da direita, e de oficiais das Forças Armadas francesas (SALVADÓ, 2008). Havia o temor de que o país fosse arrastado para uma guerra generalizada no continente. Mas a pressão exercida pela Grã-Bretanha sobre a França foi fator determinante para impedir o apoio à República Espanhola.

A elite política, diplomática e econômica britânica preferia os rebeldes ao suposto risco revolucionário comunista representado pela esquerda espanhola. Como afirma Salvadó (2008, p. 98), o governo conservador e o corpo diplomático de aristocratas e burgueses “estavam impregnados de preconceitos contra o bolchevismo”. Prevaleceram também os interesses econômicos. Cerca de 40% dos investimentos estrangeiros na Espanha eram britânicos, no setor industrial, elétrico e nos serviços públicos (SALVADÓ, 2008). Predominou a “política de apaziguamento” britânica em relação à Itália e Alemanha (GRAHAM, 2013). Oficialmente, França e Grã-Bretanha decidiram pela neutralidade, pela não intervenção no conflito espanhol.

Em 30 de julho, no entanto, a farsa da neutralidade começou a se tornar pública. Dois bombardeiros enviados pelos italianos para ajudar os nacionalistas fizeram pouso forçado no norte da África. As investigações do governo francês identificaram como aeronaves da Força Aérea italiana. O governo francês, então, resolveu propor um acordo formal de não-intervenção (THOMAS, 1964).

Em 8 de agosto, diante da pressão britânica e da comoção interna, a França tomou a decisão unilateral de não vender as armas e de fechar a fronteira com a Espanha (VILAR, 1989; SALVADÓ, 2008). Mesmo assim, foi enviado o primeiro carregamento de aeronaves e armas que havia sido prometido aos republicanos espanhóis, em uma operação praticamente clandestina (SALVADÓ, 2008; THOMAS, 1964).

Ainda em agosto de 1936, o primeiro-ministro francês León Blum levou a sugestão do pacto de neutralidade ao conjunto dos países europeus. Vinte e sete nações, incluindo todas as grandes potências, aceitaram e aderiram ao Acordo de Não Intervenção na Guerra Civil Espanhola. O tratado, no entanto, entraria para a história das guerras e da diplomacia como uma grande farsa. Enquanto a República fora abandonada à própria sorte, desarmada e isolada, sob a desculpa da “neutralidade” e não intervenção de França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, os nacionalistas pediram e receberam apoio da Itália e da Alemanha.

Deflagrado o golpe, a principal dificuldade para as forças do general Francisco Franco era atravessar o Estreito de Gibraltar e transportar as tropas do norte da África para o continente. Os militares insurgentes espanhóis enviaram emissários até Hitler e Mussolini. Uma semana após o anúncio do golpe, obtiveram resposta positiva e começaram a receber apoio militar.

Em 25 de julho, os italianos enviaram aviões para o Marrocos. A partir de janeiro de 1937, a intervenção foi sobretudo com infantaria e tanques (VILAR, 1989). Os dados são conflitantes, mas calcula-se que pelo menos 70 mil soldados italianos tenham lutado ao lado dos franquistas na Espanha. Os bombardeios aéreos também foram significativos durante todo o confronto. O de março de 1938, sobre Barcelona, é lembrado como um dos mais terríveis executados pela aviação italiana. Entre as motivações de Mussolini para interferir a favor dos nacionalistas, Thomas (1964) aponta: a aspiração por dominar o Mediterrâneo; uma prevenção contra os franceses; o anticomunismo; e a possibilidade do estabelecimento de um governo de inspiração fascista na Espanha.

Praticamente ao mesmo tempo de Mussolini, Hitler decidiu intervir em apoio aos rebeldes espanhóis. Segundo Thomas (1964), para evitar que a falsa neutralidade viesse a público, a operação alemã foi mais complexa. Envolveu a criação de duas empresas ou sociedades de fachada

para a venda, entrega e pagamento dos materiais alemães. A ajuda nazista com aviões de transporte, bombardeiros, tanques, metralhadoras antiaéreas, pilotos, engenheiros e técnicos começou a chegar na última semana de julho e se intensificou em agosto. A chamada “Operação Fogo Mágico” testaria a qualidade e a eficácia da *Luftwaffe*, a Força Aérea Alemã, para a Segunda Guerra.

Foram três as razões principais alegadas por Hitler para apoiar Franco: a necessidade de distrair as potências ocidentais e intensificar o rearmamento alemão; o combate ao “perigo vermelho” e estabelecimento de mais um país de tendências fascistas, que dificultaria as comunicações marítimas entre França e Grã-Bretanha; e o interesse no minério de ferro espanhol. (THOMAS, 1964).

O isolamento da República espanhola foi rompido apenas pela ajuda da União Soviética. Nas primeiras semanas após o golpe, os líderes soviéticos adotaram uma posição dúbia. Isso porque a atenção de Stálin estava voltada para os expurgos e processos contra os dissidentes internos do regime. Mas, ao mesmo tempo que desejava manter a aliança com a França e a Grã-Bretanha, a União Soviética não poderia deixar a Espanha cair nas mãos dos franquistas e abrir espaço para a expansão do nazifascismo. O total descumprimento do Acordo de Não Intervenção por Hitler e Mussolini alterou a postura inicial de Stálin. O fator geopolítico foi preponderante na reação russa. (BUADES, 2019; SALVADÓ, 2008; THOMAS, 2014).

Em agosto foram restabelecidas as relações diplomáticas entre os dois países, que estavam rompidas desde 1917. No mês seguinte, Stálin finalmente concordou em fornecer apoio militar. A ajuda chegou à Espanha em 15 de outubro. O suporte soviético evitou a tomada de Madri e a derrota dos republicanos já em 1936. Além dos tanques, dos técnicos e consultores militares, os aviões e pilotos russos foram determinantes em diversos momentos e nas raras vitórias do lado republicano, como nas batalhas de Jarama e Guadalajara, nos arredores da capital, em 1937 (GRAHAM, 2013).

O Acordo de Não Intervenção, que deveria manter a neutralidade de todos em relação a nacionalistas e republicanos, foi indiscriminadamente violado. Mas só um dos lados, o republicano, foi realmente prejudicado. O comitê criado para monitorar o “cumprimento” do acordo foi instalado somente em setembro. É classificado por Thomas (1964, v.1, p. 318) como equívoco, hipocrisia e humilhação, que perdurou durante toda a guerra. Como chamar de Pacto de Não Intervenção “quando as cidades queimam, quando as esquadrilhas se enfrentam, quando os submarinos afundam os navios, quando o comando italiano negocia com os bascos”, questiona Vilar (1989, p. 103).

Assim, a cada despacho vindo do exterior, montava-se o quebra-cabeça geopolítico sobre a participação das potências estrangeiras no conflito. A intervenção e a não intervenção seriam fatores

determinantes da guerra (BUADES, 2019; GRAHAM, 2013; SALVADÓ, 2008; THOMAS, 1964; VILAR, 1989).

No dia 31 de julho, o tema ganhou manchete: “Intervenção Estrangeira! A França admite a possibilidade de auxiliar o governo hespanhol se ficar provada a quebra da neutralidade por outras potencias” (*O Globo*, 31 jul. 1936). Uma semana antes, em 24 de julho, *O Globo* publicara uma entrevista do general Franco. Ele fazia referência à suposta ingerência soviética no governo republicano. A frase “suprimir a influência de Moscou” (*O Globo*, 24 jul. 1936) foi escolhida e amplificada pelo jornal.

Hoje, também é consenso que o líder soviético, Josef Stálin, não tinha influência sobre o governo republicano naquele momento. Apesar da preocupação crescente na diplomacia internacional sobre a ajuda de potências estrangeiras a ambos os lados do conflito, o que de fato inquietava o jornal brasileiro era a “*notícia de haver a Rússia dos soviets posto à disposição das autoridades de Madrid a vultosa somma de um milhão de libras esterlinas, destinadas ao financiamento da resistencia das esquerdas ao movimento nacionalista*” (*O Globo*, 5 ago. 1936, grifo nosso).

Enquanto o jornal condenava qualquer possibilidade de apoio soviético à República, praticamente não fez referência à dependência franquista em relação à Itália e Alemanha. Ainda assim, a vitória dos nacionalistas deveu-se fundamentalmente ao apoio nazifascista. Há indícios suficientes, inclusive, de que a Espanha franquista foi uma “colônia alemã ‘informal’”, e “o que Franco estava fazendo era hipotecar os recursos econômicos da Espanha para levar a cabo sua guerra de extermínio” (GRAHAM, 2013, p. 95).

Para *O Globo*, o principal problema do conflito parecia ser a participação da “Rússia dos soviets”. A cada edição, o anticomunismo e o apoio aos franquistas mostravam-se uma escolha deliberada. A cobertura diária contradizia o editorial que vendia imparcialidade. Àquela altura, o jornal não escondia ao lado de quem caminharia no conflito fratricida espanhol.

## **5. Anticomunismo dos nacionalistas**

A ideia do “perigo bolchevique” é um fenômeno global e nasceu após a vitória da Revolução Russa (1917) (MOTTA, 2000; CARGÍA, 2005). Na Espanha, a partir de 1919, a imprensa conservadora começaria a denunciar a associação entre o movimento trabalhista e sindical e os bolcheviques (GARCÍA, 2005). Com o golpe e durante a ditadura de Primo de Rivera na década de 1920, “a etiqueta de ‘soviético’ foi aplicada de maneira quase indistinta a qualquer um

dos grupos de oposição [...], fossem anarco-sindicalistas, republicanos ou da esquerda catalã (GARCÍA, 2005, p.10, tradução nossa)”.

A Segunda República não arrefeceu os ataques da direita, de grupos fascistas e monarquistas espanhóis ao que e a quem identificavam com o “perigo comunista”. E diante da tentativa dos republicanos, socialistas e comunistas de recuperar o comando do país nas eleições de 1936, reunidos em torno da Frente Ampla, o fantasma do comunismo voltaria a assombrar a Espanha.

Disseminou-se a percepção e o pânico, entre os conservadores, de que a frente de partidos populares estava sob a direção de Moscou e de que uma revolução comunista era iminente. No início de 1936, a disputa eleitoral entre os dois espectros políticos confundia-se com a discussão sobre o “perigo comunista”. Não por coincidência, os argumentos dos grupos direitistas seriam os mesmos usados como justificativa para o golpe de 18 de julho. (GARCÍA, 2005).

Diante das evidências documentais, há outro consenso na historiografia do conflito, resumido por Vilar (1989, p. 41-42): “[...] o plano revolucionário atribuído à Terceira Internacional, fabricado e muito invocado para justificar o movimento [golpista], é uma falsidade grosseira.” Contudo, parte da imprensa internacional abraçou o discurso anticomunista da direita espanhola.

*O Globo* explicitava essa adesão na capa do dia 24 de julho. Segundo o diário brasileiro, o “*bom êxito da rebelião anticomunista em Madrid não foi inteiramente repetido no norte do país*” (*O Globo*, 24 jul. 1936, grifo nosso). Na mesma edição, informava que grupos fiéis ao governo tinham fuzilado rebeldes nacionalistas (*O Globo*, 24 jul. 1936). Esta última notícia é esclarecedora sobre o que Vilar (1989) classifica como “desordens latentes” do lado republicano. Também serviu como alegação dos nacionalistas para derrubar a República.

O subtítulo “Acusado o governo de estar armando os marxistas” (*O Globo*, 21 jul. 1936) é mais um indício de como o jornal alinhou-se desde o início à visão nacionalista. Segundo os golpistas, o movimento militar insurgente representava uma contrarrevolução conservadora “contra a desordem, a revolução [comunista], a desagregação nacional” (VILAR, 1989, p. 71).

Mas o marxismo atribuído indiscriminadamente pelos nacionalistas aos republicanos não passava de uma imagem caricata (VILAR, 1989). Era pública e notória, no campo republicano, a fragmentação político-ideológica entre anarquistas, anarco-sindicalistas, comunistas, socialistas, o trotskista *Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM)*, e os liberais republicanos.

No dia 27 de julho, foram publicadas novas declarações do general Franco, para quem “a vitória do actual governo significaria o terror vermelho” (*O Globo*, 27 jul. 1936). No dia seguinte, a manchete “Içado o Pavilhão de Moscou!” (*O Globo*, 28 jul. 1936) expunha a reprodução

automática da propaganda nacionalista sobre a presumida interferência soviética. De acordo a agência *U.P.*, “nas fábricas e prédios públicos de Ayamonte tem sido içada a bandeira vermelha, a qual substituiu a bandeira nacional hespanhola em todos os locais ocupados pelas forças fiéis ao governo de Frente Popular” (*O Globo*, 28 jul. 1936).

É necessário abrir um parêntese para explicar que a perda de controle do poder pelo governo republicano foi consequência da tentativa de golpe e não a razão. Foi o movimento militar golpista que desencadeou o processo revolucionário e criou as condições para que milícias anarquistas, sindicatos e partidos de esquerda se transformassem nas autoridades locais (GRAHAM, 2013). Eles criaram um “conglomerado de repúblicas isoladas” (THOMAS, 1964, v.1, p. 208).

Isso ocorreu em todas as cidades onde os nacionalistas não tiveram êxito e naquelas onde não houve levante militar. O controle de fábricas, serviços públicos como transportes e comunicações, e a resistência armada ao golpe passaram a ser desempenhados por comitês locais. Em Madri, a *Unión General de Trabajadores* (UGT) assumiu o comando do Poder Executivo. Principal sindicato sob o controle dos socialistas, a UGT garantia o suprimento de comida e o funcionamento de outros serviços essenciais na capital espanhola (THOMAS, v.1, 1964).

O caso mais emblemático foi o da Catalunha. Em Barcelona, ainda em julho, foi formado o Comitê das Milícias Antifascistas, coordenado pela *Federación Anarquista Ibérica* (FAI) e pela *Confederación Nacional del Trabajo* (CNT), os dos principais grupos anarquistas em atuação no país. “A expropriação era a regra – hotéis, lojas, bancos, fábricas eram ou requisitados ou fechados. Os confiscados eram dirigidos por comitês de administração compostos por antigos técnicos e operários” (THOMAS, 1964, v.1, p. 228).

Seguindo a vertente conservadora da imprensa mundial, a atuação das milícias aparece nas páginas de *O Globo* como resultado da alegada intervenção soviética: “Ouro vermelho na Hespanha! Um milhão de libras da Rússia dos soviets para o governo de Madrid” (*O Globo*, 5 ago. 1936). A Espanha republicana era caracterizada pelo diário brasileiro como um misto de “anarquia, saque e profanação” (*O Globo*, 5 ago. 1936).

## **6. Anticlericalismo dos republicanos**

Somente num país marcado pela hegemonia do catolicismo é possível compreender o caráter político, a dimensão e o perfil violento do anticlericalismo espanhol. O fenômeno ganhou força e se aprofundou com o espírito liberal e os movimentos revolucionários do século XIX, que defendiam a separação entre Igreja e Estado. Por identificar-se com o pensamento político

conservador e de direita e com as monarquias contrarrevolucionárias, a Igreja confrontou o liberalismo. (PRADA, 2011).

Segundo Prada (2011), o pensamento anticlerical espanhol vê no clero um inimigo do progresso, da liberdade e da sociedade moderna. A Igreja representaria o controle moral, político e ideológico sobre o povo. Por princípio, o anticlericalismo transformou-se “num ingrediente obrigatório das posturas liberais, democráticas, republicanas, socialistas, anarquistas e marxistas” (PRADA, 2011, p. 63, tradução nossa).

No início do século XX, em julho de 1909, um protesto em Barcelona desencadeou uma onda de violência e incêndios contra igrejas, escolas, conventos e paróquias. Foi um marco do anticlericalismo espanhol, pela participação do movimento operário. Naquele momento, houve identificação e aproximação entre as ações anarquistas e o discurso radicalizado contra o clero. (PRADA, 2011).

Seguindo a tradição conservadora, a Igreja apoiaria a ditadura de Primo de Rivera (1923-1930). Na sequência, o clero espanhol fazia oposição às políticas e reformas de secularização do Estado, durante a Segunda República, e apoiaria a tentativa de golpe, em 1936. Mais um consenso na historiografia da Guerra Civil Espanhola, Prada (2011) reforça o peso do aspecto religioso no conflito. Não por acaso, a perseguição, a execução de religiosos e os incêndios em igrejas mereceram capas e manchetes do diário brasileiro: “Incêndio, saque e confisco! *O governo de Madrid completa o vandalismo dos inimigos da Igreja*” (*O Globo*, 29 jul. 1936, grifo nosso).

Uma das manchetes informava sobre “Sacerdotes fuzilados em massa!” (*O Globo*, 27 jul. 1936). Segundo a notícia, teria havido um massacre de padres na cidade de Málaga, promovido pelos “vermelhos”, que “estavam praticando uma série de atrocidades, atirando fogo às igrejas, invadindo e saqueando as casas que depois incendiavam” (*O Globo*, 27 jul. 1936).

Diferentemente dessa visão unilateral, também há consenso na historiografia de que o terror dos primeiros meses de guerra foi promovido pelos dois lados. Na Espanha republicana, as principais vítimas foram proprietários de terra e patrões, caciques políticos, mas principalmente a Igreja Católica. O anticlericalismo entre os republicanos era tão marcante que “ninguém dizia mais *adios* e sim *salud*” (THOMAS, 1964, v. 1, p. 213).

Além dos incêndios, saques e destruição de conventos, igrejas e mosteiros, calcula-se que cerca de sete mil integrantes do clero foram mortos. A Igreja era vista pelas classes populares e mais pobres como alicerce das desigualdades econômicas e sociais.

Nas páginas de *O Globo*, o anticlericalismo republicano aparece invariavelmente associado à violência dos “vermelhos”, o que reforça a visão de mundo anticomunista do jornal, em

consonância com a propaganda dos nacionalistas. “Queimados vivos dentro de uma igreja! Os comunistas de Rosal, na iminência de um ataque dos rebeldes, sacrificaram barbaramente 40 pessoas” (*O Globo*, 21 ago. 1936).

## 7. Bombardeio de Guernica

Em 1937, Madri seguia como o principal objetivo de conquista dos insurgentes, mas as tentativas de tomar a capital foram malogradas. Voltaram-se, então, para a frente de batalha do Norte. Segundo Vilar (1989, p. 52), “os dois elementos que ali resistiam tinham um valor simbólico: as Astúrias como centro revolucionário e o *Euskadi* (País Basco) por sua afirmação nacional”. Os nacionalistas também identificaram a necessidade de dominar uma área rica em recursos minerais e industriais, e que estava isolada do restante da Espanha republicana (SALVADÓ, 2008).

No início de 1937, Hitler e Mussolini tinham passado a pressionar Franco por uma definição rápida do conflito, o que ampliara o apoio militar e a submissão das tropas franquistas a italianos e alemães (GRAHAM, 2013). Em 26 de abril de 1937, os bombardeios realizados durante quase três horas pela Legião Condor alemã destruíram a pequena cidade de Guernica, povoado símbolo do nacionalismo basco. O objetivo do ataque não era essencialmente militar, mas destroçar o moral da população civil e minar a resistência basca, para finalmente conquistar a região independentista (GRAHAM, 2013; BUADES, 2019).

Na análise de Salvadó (2008, p. 196), a atrocidade cometida contra a população civil foi tanto “uma punição aos traidores bascos católicos por decidirem apoiar os comunistas em troca de autonomia”, quanto uma mensagem “aos que resistiram à nova ordem de Franco”.

O acontecimento-símbolo da Guerra Civil Espanhola sintetiza a destruição e o horror do conflito, imortalizados na pintura de Pablo Picasso. A primeira notícia sobre Guernica foi publicada no dia seguinte ao fato, informando que o ataque fora perpetrado pelos franquistas.

Aviões rebeldes bombardearam Guernica, matando oitocentas pessoas a tiros de metralhadora. Os aviões rebeldes realizaram, hoje, duas incursões sobre a cidade sagrada de Guernica, bombardeando-a e incendiando-a. Durante o primeiro raid oitocentas pessoas foram mortas a tiros de metralhadora. Na segunda incursão várias bombas incendiárias atearam fogo à cidade. A população foge desordenadamente. (*O Globo*, 27 abr. 1937)

Na mesma edição, entretanto, o jornal trouxe a repercussão em Londres, sob o título: “Alemães, os bombardeadores da ‘cidade santa?’” (*O Globo*, 27 abr. 1937). Segundo a notícia, um parlamentar questionou o governo britânico sobre a responsabilidade do ataque. O político levantou

suspeitas de que os aviões e os pilotos eram alemães. Ele classificou de “ato bárbaro” e pediu que o governo britânico condenasse e fizesse um protesto por meio da Sociedade das Nações. O parlamentar ainda acusou o general Franco de mentiroso. Para se contrapor, um representante do governo britânico declarou ser “impossível apontar os responsáveis” (*O Globo*, 27 abr. 1937).

A manchete de 29 de abril de 1937 é a que melhor traduz o que Vilar (1989) teoriza sobre o horror no povoado basco. Para além do fato de Guernica ter sido a primeira cidade arrasada pela aviação nazista, “o acontecimento tinha tais implicações que os responsáveis negaram, seus aliados acreditaram e os indecisos fizeram de conta que acreditavam” (VILAR, 1989, p. 53).

“Fogo dos vermelhos ou bombas rebeldes?”, questionou o jornal (*O Globo*, 29 abr. 1937). A notícia tinha como fonte a Rádio Nacional, veículo da propaganda franquista: “*Guernica foi destruída e incendiada pelos vermelhos, antes de sua partida. [...] A Rádio Nacional desmente as notícias transmitidas pela rádio republicana, segundo as quaes a aviação rebelde destruíra essas aldeias [...]*” (*O Globo*, 29 abr. 1937, grifo nosso).

Na mesma edição, *O Globo* reproduziu outro despacho de agência internacional enfileirado com o discurso nacionalista. “*O quartel general nacionalista insiste em que é falsa a declaração do presidente da República Euzkadi de que Guernica tenha sido bombardeada e incendiada pelos partidários do general Franco*” (*O Globo*, 29 abr. 1937, grifo nosso). Em 30 de abril, mais uma manchete escancaradamente nacionalista. “*Incendiada a ‘cidade santa’. Confirma-se que os vermelhos é que destruíram Guernica ao fugirem em desespero*” (*O Globo*, 30 abr. 1937, grifo nosso).

Os comandantes militares franquistas tentaram negar a autoria e responsabilizaram os republicanos. Criaram a versão falsa de que fora uma tática de resistência para deixar “terra arrasada” e bater em retirada (BUADES, 2019). Mas as justificativas inverossímeis expuseram a mentira. Como último refúgio, os franquistas alegaram que a Legião Condor alemã teria tomado a decisão sem consultar o alto comando espanhol, o que também se mostra improvável (BUADES, 2019).

Em 13 de maio, o jornal retornaria ao tema. Segundo despacho de Berlim, o governo alemão negou as acusações sobre o “suposto bombardeio de Guernica” (*O Globo*, 13 maio 1937). De acordo com a notícia, os nazistas acusavam os britânicos de difundir a responsabilidade alemã. Mas “o ataque impune praticado por aeronaves do Terceiro Reich sobre o povo espanhol era a prova mais contundente da farsa da não intervenção” (BUADES, 2019, p. 164).

Mas, por que a cobertura do jornal foi essa e não outra? Para além da escolha editorial e da censura imposta pelo governo Vargas, por que o noticiário do jornal *O Globo* teve essas

características? Em primeiro lugar, foi decisiva a dependência quase absoluta das agências internacionais. Os despachos enviados para periódicos do mundo inteiro transmitiam uma versão unificada da guerra (FRAGA, 2004, p. 50). *O Globo*, portanto, seguiu o padrão de outros jornais e não deve ser considerado como caso único e excepcional.

No estudo clássico sobre a história da imprensa no Brasil, Sodré (1966) faz uma análise estrutural e aponta a fragilidade econômica dos veículos naquele período. Apesar de serem empresas industriais, os grandes jornais brasileiros eram tão vulneráveis quanto o próprio país (SODRÉ, 1966). Além disso, eram negócios frágeis por adotarem o modelo de grupo familiar. Foram criados e mantidos como herança e não como investimento. Assemelhavam-se aos latifúndios, “colossos com pés de barro” (SODRÉ, 1966, p. 448).

Também é necessário considerar a forma como se fazia jornalismo na segunda metade da década de 1930. Para Darnton (2010, p. 103), a produção de notícias é “fortemente influenciada por estereótipos e concepções prévias sobre o que deve ser ‘a matéria’”. Assim, a cobertura da Guerra Civil Espanhola deve ser avaliada tanto sob a perspectiva abrangente do contexto internacional e brasileiro, quanto das rotinas produtivas de jornais e jornalistas.

Na análise que fez do jornal gaúcho *Correio do Povo* sobre a guerra espanhola, Wasen Fraga (2004) chegou à conclusão de que não houve operação deliberada para tratamento das informações, no sentido de enganar os leitores. Para o pesquisador, parece simplista falar em manipulação.

Nesse ponto específico discordamos em nossas análises, porque a distorção não se restringe à fabricação própria e intencional de notícias falsas. A construção das manchetes, o destaque dado a determinados assuntos em detrimento de outros, o uso das palavras “bandidos” e “vermelhos” praticamente como sinônimos, a opção e publicação deliberada de uma versão específica e única alteram a percepção sobre os fatos noticiados.

Os textos prontos recebidos do exterior e republicados estavam carregados de propaganda oficial, tinham como fontes os generais insurgentes e conteúdo oficioso franquista. Portanto, são muitas as maneiras de um veículo transmitir desinformação sem necessariamente criar ele próprio as mentiras.

Atendo-se à nossa pesquisa, são fartos os exemplos do que hoje chamaríamos de notícias falsas<sup>7</sup> na cobertura feita pelo jornal *O Globo*: o bombardeio de Guernica, atribuído aos

---

<sup>7</sup> As notícias falsas estiveram presentes em todos os períodos da história, desde a Antiguidade (DARNTON, 2017). Mas a expressão *fake news* ou notícias falsas passou a ser largamente usada durante a eleição presidencial de 2016, nos Estados Unidos. Foi adotada para designar as notícias falsas difundidas em portais e redes sociais contra a então

“vermelhos”; a alegada influência soviética sobre o governo republicano antes da guerra; e a insistência reiterada na queda de Madri. Certamente não se deve cair em anacronismos, até mesmo porque o jornalismo praticado naquele momento carecia de técnicas e reflexões largamente difundidas hoje. E os historiadores sabem “que a única vantagem do olhar retrospectivo é a perigosa ilusão de obter uma visão perfeita dos fatos” (GRAHAM, 2013, p. 29). Ainda assim, a notícia é tanto “uma mercadoria que é produzida na sala de redação, quanto maneira de ver o mundo que chegou” (DARNTON, 2010, p. 109). E a visão de mundo do jornal era essencialmente católica e anticomunista, alinhava-se com o pensamento nacionalista espanhol.

## 8. Considerações finais

O exame das fontes permite confirmar a nossa hipótese. Na guerra da comunicação e na divisão da imprensa internacional, o jornal marchou ao lado dos nacionalistas. Essa cobertura de *O Globo* foi resultado de uma série de fatores, entre os quais: a visão de mundo marcadamente católica e do anticomunista; a situação política no Brasil; a dependência das agências internacionais; e o modelo de jornalismo praticado na década de 1930.

No que diz respeito à participação das potências estrangeiras, o diário foi um crítico contumaz do envolvimento soviético, ao passo que se calou sobre a cooperação nazifascista. É evidente também a reprodução e disseminação do discurso anticomunista emanado dos nacionalistas espanhóis. Ressalte-se que *O Globo* anunciara abertamente o posicionamento anticomunista sobre a situação política no Brasil de Vargas, e duas décadas depois, por ocasião do golpe de 1964. Observa-se, portanto, um padrão na linha editorial conservadora, também reiterado na cobertura da Guerra Civil Espanhola.

O tom adotado ao noticiar o anticlericalismo dos republicanos e o bombardeio de Guernica seguiu o mesmo modelo. O anticlericalismo esteve sempre associado à violência daqueles a quem chamava de “vermelhos”, assumindo uma conotação típica do discurso anticomunista. No caso de Guernica, as notícias analisadas não deixam dúvidas quanto à adesão do jornal ao franquismo.

O resultado desta análise permite constatar ainda que *O Globo* não produziu notícias falsas sobre a Guerra Civil Espanhola. Em contrapartida, há evidências suficientes de que as reproduziu e ajudou a deformar a realidade da guerra para os leitores brasileiros. A cada edição, propagava o

---

candidata Hillary Clinton (ORTELLADO, 2018). Em linhas gerais, o conceito é definido como textos noticiosos de caráter “intencionalmente e comprovadamente falsos e que poderiam enganar os leitores” (ALCOTT; GENTZKOW, 2017, p. 213-21, tradução nossa).

discurso franquista de anarquia, fragmentação e desordem exclusivamente do lado republicano, a despeito da isenção declarada em editorial.

Finalmente, no dia 28 de março de 1939, cumpriu-se a profecia da capitulação de Madri. O fato que *O Globo* vaticinara erroneamente, repetidas vezes, desde 20 de julho de 1936, selou a derrota dos republicanos. Com a manchete “Hasteados em Madrid a bandeira branca e o pavilhão monarchico” (*O Globo*, 28 mar. 1939), o jornal indicava que havia chegado o momento de restabelecer a paz e a ordem que presumivelmente reinavam antes da República.

Essa imagem contrasta com outra manchete, de 28 de julho de 1936 – “Içado o Pavilhão de Moscou!” (*O Globo*, 28 jul. 1936) –, que reforçava a suposta dominação soviética sobre a Espanha republicana. Para os saudosistas do franquismo, o conflito foi uma espécie de cruzada ou guerra de libertação nacional, “jamais uma guerra civil” (GRAHAM, 2013, p. 156). Esta é a visão defendida por uma certa historiografia revisionista.

No final de março de 1939, o confronto espanhol estava decidido, e o jornal tinha desviado o interesse para as movimentações que levariam à Segunda Guerra. Mas nem isso evitou que *O Globo* comemorasse a vitória do “generalíssimo” e exaltasse os fascistas, como estampado na manchete: “Madrid delira de alegria. Cerca de sessenta mil fascistas desfílam pelas ruas da capital” (*O Globo*, 28 mar. 1939).

O texto da *Associated Press* informava que, após três anos trágicos, o povo dançava e cantava alegremente pelas ruas. Não há, no entanto, qualquer menção aos milhares de mortos, presos e refugiados, aspectos sombrios da guerra.

A análise dos arquivos do jornal *O Globo* fornece vestígios sobre como operam e quais são as fontes dos pretensos revisionismos históricos franquistas acerca do golpe e da Guerra Civil Espanhola. Mas o conflito e a cobertura da imprensa não podem mais ser modificados. Na guerra das armas, as potências legitimaram a farsa da não intervenção. Na guerra das notícias, o jornal sucumbiu à farsa da imparcialidade.

## REFERÊNCIAS

ALLCOTT, Hunt; GENTZKOW, Matthew. Social Media and Fake News in the 2016 Election. In: **Journal of Economic Perspectives**, volume 31, nº 2 (2017): 211-236. Disponível em: <https://web.stanford.edu/~gentzkow/research/fakenews.pdf>. Acesso em: maio 2019.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Brasileiros na Guerra Espanhola: combatentes na luta contra o fascismo. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 12, jun. 1999, p. 35-66. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39262/24081>. Acesso em: 27 out. 2020.

BEIGUELMAN, G. **A Guerra Civil Espanhola**. 1. ed. São Paulo: Scipione, 1993. v. 1. 94 p.  
BLOC, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUADES, Josep Maria. **A Guerra Civil Espanhola**. Editora Contexto, 2019.

CARNEIRO, M. L. T.. A Guerra Civil Espanhola sob o olhar do Deops/SP. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **Guerra Civil Espanhola - 70 anos depois**. 1. ed. São Paulo: Edusp, 2011. v. 1. p. 157-187.

DARNTON, Robert. Jornalismo: toda notícia que couber, a gente publica. In: **O beijo de Lamourette**: mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. **A verdadeira história das notícias falsas**. El País, 1º de maio de 2017.  
Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536\\_863123.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html).  
Acesso em: 4 jun. de 2019.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 4, núm. 1, janeiro-junho, 2012, pp. 5-23, Universidade do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3381/338130378002.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **História do tempo presente**: desafios. Cultura Vozes, Petrópolis, v. 94, nº 3, p.111-124, maio/jun., 2000. Disponível em: [https://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arg/517.pdf](https://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arg/517.pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, nº 47, p.43-59, jan/jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/vh/v28n47/03.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

FRAGA, Gerson Wasen. **Branços e vermelhos**: a Guerra Civil espanhola através das páginas do jornal *Correio do Povo* (1936-1939). Dissertação de Mestrado em História, UFRGS, 2004.

GARCÍA, Hugo. Historia de un mito político: el *peligro comunista* en el discurso de las derechas españolas (1918-1936). Disponível em: [https://www.academia.edu/1958488/Historia\\_de\\_un\\_mito\\_pol%C3%ADtico\\_el\\_peligro\\_comunista\\_en\\_el\\_discurso\\_de\\_las\\_derechas\\_espa%C3%B1olas\\_1918\\_1936\\_2005\\_](https://www.academia.edu/1958488/Historia_de_un_mito_pol%C3%ADtico_el_peligro_comunista_en_el_discurso_de_las_derechas_espa%C3%B1olas_1918_1936_2005_). Acesso em: 5 set. 2022.

GRAHAM, Helen. **Guerra Civil Espanhola**. Porto Alegre, RS: L&PM, 2013.

HOBASBAWM, Eric. **O presente como história**. In: Sobre a História. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

INFOGLOBO. **Memória O Globo**. Infoglobo Comunicações e Participações S.A. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/>. Acesso em: 14 out. 2020.

LACOUTURE, Jean. A História Imediata. In: GOFF, Jacques Le (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

LA MONCLOA. El Gobierno aprueba el anteproyecto de Ley de Memoria Democrática. **La Moncloa**, 15 de setembro de 2020. Disponível em: <https://www.lamoncloa.gob.es/consejodeministros/resumenes/Paginas/2020/150920-cministros.aspx>. Acesso em: 15 set. 2020.

LEAL, Carlos Eduardo; MONTALVÃO, Sérgio. O Globo. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, CPDOC/FGV (s.d.). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/globo-o>. Acesso em: 14 out. 2020.

LUCA, T. R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 111-153.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado em História, USP, São Paulo, 2000.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jaques; NORA, Pierre (orgs.). **História: novos problemas**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

O GLOBO. Acervo Digital O Globo. Infoglobo Comunicações e Participações S.A. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/>.

ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. O que são e como lidar com as notícias falsas. In: **Revista Internacional de Direitos Humanos/Sur**. Volume 15, nº 27, 71-83, julho, 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2018/07/sur-27-portugues-marcio-moretto-ribeiro-pablo-ortellado.pdf>. Acesso em: maio 2019.

PRADA, Antonio Moliner. MOLINER PRADA, A. Clericalismo y anticlericalismo en la España contemporánea. In: **História: Questões & Debates**, Curitiba, nº 55, p. 59-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/26528/17688>. Acesso em: 13 set. 2022.

QUINTERO, Alejandro Pizarroso. La Guerra Civil española, un hito en la historia de la propaganda. In: **El Argonauta español**, 2005, Disponível em: <http://journals.openedition.org/argonauta/1195>. Acesso em: 13 set. 2022.

RODRÍGUEZ, Alberto Pena; MORAGA, Ángel L. Rubio. Prólogo Monográfico – Revisitando la Guerra Civil Española: Nuevas aproximaciones científicas desde las Ciencias de la Comunicación. In: **Historia y Comunicación Social**, volume 25 (2) 2020: 293-295. Disponível em: <https://revistas.ucm.es/index.php/HICS/article/view/72264>. Acesso em: 13 set. 2022.

SALVADÓ, Francisco J. Romero. **A Guerra Civil Espanhola**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. Civilização Brasileira, 1966.

TAPIA, Alberto Reig. A Guerra Civil Espanhola: Historiografia e Revisionismo. In: MEIHY, J. C. S. B. (Org.). **Guerra Civil Espanhola - 70 anos depois**. 1ª ed. São Paulo: Edusp, 2011. v. 1, p. 17-48.

THOMAS, Hugh. **A Guerra Civil Espanhola**. Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1964, v.1.

VILAR, Pierre. **A Guerra da Espanha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.